

SAUDAÇÃO AOS DELEGADOS E CONVIDADOS À II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

PAUL SINGER

II CONAES II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Após meses de grandes esforços e muita alegria também, a II Conaes chega a sua etapa final: a reunião de delegados de todo o Brasil para tomar as decisões definitivas sobre os rumos da política pública de reconhecimento do direito à economia solidária em nível municipal, estadual e federal. Sejam todas e todos bem-vindas e bem-vindos a Brasília, nossa capital, que acabou de festejar 50 anos de existência.

A economia solidária está sendo construída há poucas décadas em nosso país, pelo trabalho e pela luta de milhões de mulheres e homens de todos os rincões do Brasil. Ela se originou numa série de crises que paralisou nosso desenvolvimento por mais de duas décadas e colocou milhões diante dum desafio: ou se resignavam ao desemprego de longa duração e à submersão na miséria ou uniam suas forças para forjar outra economia, baseada na cooperação, na propriedade coletiva e na autogestão.

Esta última opção foi abraçada por trabalhadores rurais sem terra, operários de empresas em crise que ameaçavam fechar as portas, por mães de família que se uniam para disputar o vasto mercado de serviços informais e muitos outros. Suas iniciativas aos poucos foram reconhecidas e passaram a ser apoiadas pelas nossas instituições mais importantes do ponto de vista social: pela Igreja, pelos sindicatos de trabalhadores e pelas universidades, além de

movimentos sociais. Depois chegou a vez de fazerem o mesmo governos municipais e estaduais e finalmente, a partir de 2003, o governo federal.

Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e em seguida do Conselho Nacional de Economia Solidária, o processo de reconhecimento da economia solidária aparentemente se completou. Multiplicaram-se os governos municipais e estaduais e os ministérios do governo federal que passaram a praticar ações de fomento à economia solidária. O que tornou possível convocar a I Conferência Nacional de Economia Solidária – I Conaes, em 2006, com ampla participação popular em conferências municipais e intermunicipais, estaduais em todas as unidades federativas e numa expressiva conferência nacional.

Foi nesta I Conaes que se tornou claro que, apesar de inegáveis avanços, o direito de todos os brasileiros que o desejassem de participar nesta outra economia ainda não estava reconhecido. As discussões travadas na I Conaes mostraram que as políticas públicas, apesar de seu impacto positivo, estavam longe de ter resolvido os problemas dos empreendimentos de economia solidária, decorrentes da falta de acesso suficiente a mercados, crédito e tecnologia. A fragilidade econômica da grande maioria destes empreendimentos ficou evidente, o que não impedia, no entanto, que a economia solidária continuasse a se expandir vigorosamente, passando a abranger novos grupos socialmente marginalizados, como as comunidades tradicionais: quilombos, indígenas, quebradeiras de coco, pescadores artesanais e tantas outras.

As resoluções da I Conaes foram muito importantes não só por apontarem

estes problemas, mas também por formularem diretrizes políticas para sua resolução. Grande parte das políticas públicas de fomento da economia solidária, em todos os níveis, passou a se pautar por aquelas diretrizes, que foram sendo aplicadas e aperfeiçoadas em nível federal pela atuação do Conselho Nacional de Economia Solidária e seu grupos de trabalho temáticos. Ao mesmo tempo os termos de parceria entre poderes públicos e as entidades sem objetivo de lucro da sociedade civil foram sendo reformulados ao longo dos últimos anos, o que dificultou transitoriamente a execução das políticas sociais, que em sua maioria dependem destas parcerias.

Agora estamos iniciando a II Conaes, que tem por tema exatamente o reconhecimento do direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável. O desenvolvimento de inúmeras políticas de fomento da economia solidária comprova que o reconhecimento político deste direito existe e avança. O que falta no entanto é traduzir este reconhecimento em mudanças efetivas, que permitam de fato que os empreendimentos de economia solidária possam se formalizar, possam vender serviços a outras empresas sem serem punidas por alegadamente precarizar direitos trabalhistas e que as comunidades tradicionais possam dispor de seus territórios com segurança contra invasões e grilagem e contra a devastação dos recursos naturais pelo avanço do capitalismo predatório.

Temos pois uma rica agenda a cumprir nos próximos dias. Desejo a nós todos muita empolgação e alegria que animem discussões proíficas capazes de nos orientar a um futuro melhor.

CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS: UMA DAS ETAPAS PREPARATÓRIAS PARA A II CONAES

A realização das Conferências Temáticas foi um aspecto inovador do processo de construção da II Conferência Nacional de Economia Solidária. De acordo com seu Regulamento Geral, as Conferências Temáticas teriam o caráter de sensibilização, mobilização, articulação e promoção dos debates sobre temas específicos. Embora não tivessem o caráter eletivo (não elegiam delegados), as Conferências Temáticas proporcionaram um debate mais amplo sobre diversos temas, tais como: formação e assessoria técnica; etnodesenvolvimento; cooperativismo social; comercialização solidária; finanças solidárias; e cooperativismo solidário.

Abaixo segue relato sobre a realização dessas conferências temáticas.

Conferência Temática Nacional de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária:

O evento aconteceu em Brasília, entre os dias 12 e 14 de abril e foi convocada pelo Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica (CTFAT) do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES e organizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária juntamente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Ministério da Educação e o Centro Nacional de Formação em Economia Solidária. A conferência teve como objetivos criar subsídios para as Conferências Estaduais e para o Texto Base da Conferência Nacional, assim como propôs instrumentos de políticas públicas de formação e assessoria técnica.

De acordo com o documento sistematizado da Conferência “a questão do acesso ao conhecimento e da apropriação e desenvolvimento de técnicas e tecnologias se coloca como pressuposto para a afirmação e a sustentabilidade dos EES e da própria economia solidária. É nesta perspectiva que a Conferência Temática entende a importância do estudo, da pesquisa e da aprendizagem sobre técnicas, profissões e tecnologias sociais. Porém, a desigualdade histórica de acesso à educação ainda se apresenta como um desafio a ser equacionado tanto no que diz respeito a criar oportunidades de alfabetização e de elevação da escolaridade quanto de valorização e certificação de saberes”.

Com isso percebeu que ainda existem muitos desafios, tais como os descritos no documento sistematizado “foi avaliado que ainda existem muitos desafios, conforme se coloca no documento sistematizado: “O desafio se apresenta ainda no processo de construção de um referencial teórico-metodológico próprio para o processo de educação em economia solidária, pois as estratégias de formação e assessoria técnica que predominam hoje ainda são muito carregadas do conteúdo tecnicista, inerentes aos processos educativos voltados para as organizações de base capitalista”.

Entretanto, na avaliação dos participantes da Conferência, alguns avanços foram dados quanto à formação e assessoria técnica da economia solidária, tais como: a parceria da SENAES com o Plano Nacional de Qualificação, que proporcionou a realização de dois Planos Setoriais de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária; a criação de cinco Centros Regionais de Formação em Economia Solidária, além do Centro Nacional; os Núcleos de Assistência Técnica em Economia Solidária também representam um avanço. Destaca-se ainda a criação e o funcionamento do CTFAT dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária.

I Conferência Temática de Etnodesenvolvimento:

Aconteceu entre os dias 10 e 11 de maio, em Brasília. A conferência buscou avançar na formulação de diretrizes para as políticas públicas de etnodesenvolvimento e voltadas para o fortalecimento de povos e comunidades tradicionais, na perspectiva da economia solidária, bem como subsidiar os debates que serão realizados na II CONAES.

Participaram da mesa de abertura as seguintes entidades: Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES; Fundação Nacional dos Índios – FUNAI; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPIR; Associação dos Povos de Terreiros - ABCANTU; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; Coordenação Nacional de Articulação das Co-

“a questão do acesso ao conhecimento e da apropriação e desenvolvimento de técnicas e tecnologias se coloca como pressuposto para a afirmação e a sustentabilidade dos EES e da própria economia solidária.”



comunidades Negras – CONAQ; e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. O evento contou ainda com palestra do Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer. Durante a conferência, percebeu-se que a pluralidade de povos fazia-se presente. Havia ao menos um representante das seguintes comunidades: povos e comunidades indígenas, quilombolas, geraizeiros, pantaneiros, fundo de pasto, ribeirinhos, faxinalenses, caiçaras, pescadores artesanais, retireiros do Araguaia, povos de terreiros e quebradeiras de côco babaçu. Contou-se ainda com a presença e participação de representantes do poder público, das universidades e de outros movimentos sociais.

Destaca-se como grande avanço a iniciativa de construir um consenso em torno de um conceito para o etnodesenvolvimento, que sirva como parâmetro para as políticas públicas. De acordo com a sistematização da Conferência, “Vale ressaltar que essa formulação expressa um conceito ainda em construção, que deve ser revisitado e reformulado no caminhar desse movimento, com base nas práticas e nas experiências cotidianas dos povos e comunidades tradicionais.”

“O etnodesenvolvimento tem como pressuposto fundamental a garantia dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, sua demarcação, titulação e proteção. A garantia de igualdade de direitos com respeito à diversidade: à segurança alimentar e nutricional; à moradia; ao saneamento; à educação (escolas com projetos políticos pedagógicos que contemplem e respeitem a diversidade); à saúde com valorização e garantia de uso dos conhecimentos e saberes fitoterápicos dos povos tradicionais; ao transporte; à inclusão comunicacional; ao trabalho livre; ao lazer; ao acesso aos recursos naturais e sua preservação (água limpa); ao direito de ir e vir. Direitos não limitados à existência de leis, mas garantidos de fato. Ter direito é ser cidadão. O etnodesenvolvimento requer a garantia de políticas públicas de fomento à produção sustentável: linhas de crédito, financiamento para inovações tecnológicas apropriadas, certificação participativa, apoio a comercialização, assessoria técnica e formação diferenciadas. As políticas públicas não devem ser: experimentais, temporárias, universalizantes e assistencialistas. O etnodesenvolvimento visa à formação de uma sociedade livre de preconceitos étnicos e raciais; uma sociedade que reconhece a diversidade. Busca o reconhecimento da história de luta dos antepassados e de seus conhecimentos historicamente produzidos. Pela liberdade de expressão e respeito às culturas, às crenças, às religiões, às tradições e às ideologias...”

I Conferência Temática de Finanças Solidárias:



Convocada pelo Comitê Temático de Finanças Solidárias e Crédito, órgão ligada ao Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES), e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do trabalho e Emprego (MTE), com o apoio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Instituto Palmas, realizou-se nos dias 03, 04 e 05 de maio do corrente ano, na cidade de Fortaleza/CE, a I Conferência Temática de Finanças Solidárias. A Conferência Temática teve como objetivo garantir o aprofundamento do debate sobre o tema e os objetivos propostos pela II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES), que se realizará nos dias 16 a 18 de junho de 2010, em Brasília- DF, com o lema “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. A realização da I Conferência Temática de Finanças Solidárias foi voltada para as iniciativas no campo das finanças solidárias onde se destacam a presença dos segmentos do cooperativismo de crédito solidário, do financiamento comunitário, via as organizações de bancos comunitários e de fundos solidários, bem como das microfinanças como as instituições de micro-credito. Afirmado, desse modo, a importância e o papel das finanças de proximidade em comunidades e em territórios voltada a reorganizar as economias locais e o desenvolvimento solidário.

A partir dos debates da Conferência, destacou-se dois eixos que serão levados para discussão durante a II CONAES, foram eles: a natureza singular das práticas de finanças solidárias e as prioridades e os avanços para o setor. Para o Coordenador- Geral de Comércio Justo e Crédito, Antônio Haroldo Mendonça, “O segmento das Finanças Solidárias vem crescendo e se diversificando no Brasil, com novos atores e iniciativas em diversos campos. A Conferência Temática mostrou isso e o enorme espaço que temos ainda para avançar no campo das finanças solidárias no Brasil.”

Conferência Temática de Comercialização Justa e Solidária e Conferência Temática de Cooperativismo Solidário:

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária, enquanto instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização de Economia Solidária, em parceria com a Plataforma FACES do Brasil, instância nacional de articulação do Comércio Justo e Solidário, SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, a SENAES Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Instituto Marista de Solidariedade, UNICAFES (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), UNISOL (União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil) e CTA – Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos) organizaram duas conferências temáticas, que aconteceram simultaneamente: a primeira foi a Conferência Temática de Comercialização Justa e Solidária, e a segunda foi a Conferência Temática de Cooperativismo Solidário, que aconteceram entre os dias 05 a 07 de maio de 2010.

A conferência sobre Comercialização Justa e Solidária teve por objetivo construir uma Estratégia Nacional de Comercialização Solidária. De acordo com o documento sistematizado da Conferência, “a comercialização é um dos espaços para construção do projeto político de um outro modelo de desenvolvimento, que se fundamenta nas relações de solidariedade e justiça social. A realização prática dos princípios e critérios do CJS contribui para o fortalecimento de uma identidade coletiva e torna-se uma forma de inserção social de grupos e pessoas que se reconhecem excluídas do modelo capitalista”. Para tanto, a organização social dos grupos é fundamental para que a comercialização solidária aconteça e seja fortalecida. O documento “Estratégia Nacional de Comercialização Solidária” estabeleceu dois objetivos complementares: o primeiro é dar uma resposta imediata através da abertura de canais e possibilidades de vendas para os produtos dos empreendimentos econômicos solidários, para que a economia solidária se concretize e mostre seus resultados e suas vantagens para a sociedade brasileira. O segundo é apoiar a construção de uma diversidade de estratégias para a alteração dos atuais mecanismos de funcionamento do mercado, na perspectiva de construção de formas solidárias de interação econômica que se contraponham ao monopólio da distribuição dos produtos e à imposição dos critérios e valores das grandes empresas.

Já a Conferência sobre Cooperativismo Solidário apresentou um conjunto de propostas para o fortalecimento das formas organizativas do trabalho associado e autogestionário, buscando a ampliação da autonomia política e econômica dos grupos populares, especialmente através da inserção no mercado e da apropriação da renda gerada ao longo da cadeia produtiva, e da maior participação no desenho e implementação de políticas públicas. Ao fim e ao cabo, pretende-se ampliar a capacidade dos trabalhadores e das trabalhadoras de se constituírem como sujeitos econômicos e políticos, sem a necessidade de tutela do Estado.

Conferência Temática de Cooperativismo Social:

Aconteceu entre os dias 27 e 28 de maio, em Brasília, a Conferência Temática convocada pela SENAES/MTE, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Presidência da República. Dentre os objetivos da Conferência, destacam-se: promover a intersectorialidade nos debates acerca do cooperativismo social; avançar na integração entre os diferentes segmentos sociais beneficiários da lei 9867/1999; criar uma identidade comum, permitindo o desenvolvimento de uma rede de apoio mútuo entre os diversos grupos envolvidos; contribuir para a elaboração de um marco jurídico para o cooperativismo social; subsidiar a elaboração de políticas públicas intersectoriais de apoio e fomento ao cooperativismo social; e subsidiar a II Conferências Nacionais de Economia Solidária, IV Conferência Nacional de Saúde Mental e o Programa Brasil Próximo, da Presidência da República, contribuindo para a formulação e a consolidação de políticas intersectoriais de apoio ao cooperativismo social.

A I Conferência Temática de Cooperativismo Social teve como tema central “Trabalho e Direitos: Cooperativismo Social como compromisso social, ético e político”, e as discussões foram fomentadas por três eixos temáticos: Marco conceitual do cooperativismo social; Marco Jurídico; Políticas públicas Intersectoriais para o Cooperativismo Social. Participaram da Conferência cerca de 140 (cento e quarenta) participantes, entre delegados/as e convidados/as.

Na pasta dos/as delegados/as encontram-se os documentos sistematizados de todas as conferências temáticas. Estes documentos também estão disponíveis na íntegra na página: www.mte.gov.br/conaes.

“a comercialização é um dos espaços para construção do projeto político de um outro modelo de desenvolvimento, que se fundamenta nas relações de solidariedade e justiça social.”



MAIS DE 20 MIL PARTICIPANTES NAS ETAPAS PREPARATÓRIAS DA II CONAES

As mobilizações para a II Conferência Nacional de Economia Solidária tiveram início em janeiro de 2010, a partir sua da convocação pelo Conselho Nacional de Economia Solidária. O tema definido para a II CONAES é “o direito às formas de organização econômicas baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”. O evento reunirá entre os dias 15 a 18 de junho, em Brasília, 1.600 delegados/as e cerca de 200 convidados/as.

Antecedendo a etapa nacional, aconteceram as etapas preparatórias regionais e estaduais. Ao todo, foram realizadas 187 Conferências Regionais ou Territoriais abrangendo 2.894 municípios brasileiros, com 15.800 participantes dos segmentos representativos locais da economia solidária. Nessa etapa foram discutidos livremente os eixos temáticos da II CONAES, o que gerou um conjunto significativo de contribuições para a etapa estadual. Além disso, essas conferências territoriais ou regionais elegeram democraticamente 4.440 delegados/as para as conferências estaduais, sendo 1.022 do poder público, 1.094 das organizações sociais e 2.324 de empreendimentos econômicos solidários.

Entre os meses de março e maio de 2010, foram realizadas 27 Conferências Estaduais de Economia Solidária, que contaram com a participação de 4.659 pessoas, entre delegados/as e convidados/as. Nas Conferências Estaduais foram eleitos/as 1.460 Delegados e Delegadas que participarão da etapa nacional, sendo 365 do poder público, 365 de organizações sociais e 730 de empreendimentos econômico solidários, conforme estabelecido previamente no Regulamento Geral para representação dos estados na II CONAES

Para o Secretário Nacional de Economia Solidária Adjunto, Fábio Sanchez, “Os números das Conferências Territoriais e Estaduais de economia solidária demonstram o contínuo engajamento em torno da economia solidária no Brasil. Representa também que a tentativa de abertura do estado brasileiro às formas de democracia direta e de participação da sociedade civil na construção de políticas públicas vem igualmente se ampliando”. Para Fábio Sanchez, “o desafio é entender todas essas etapas que fazem parte da II CONAES não apenas como momentos pontuais, mas como processo contínuo de democratização do estado brasileiro”.

ETAPA	DADOS
Conferências Regionais ou Territoriais	187 Conferências Realizadas 15.800 participantes 2.894 municípios brasileiros abrangidos
Delegados/as Eleitos para as Conferências Estaduais	4.659 Delegados/as, sendo: Seg. I - 1.022; Seg. II - 1.094; Seg. III - 2.324
Conferências Estaduais	27 Conferências Realizadas 4.700 participantes
Delegados/as Eleitos/as para a II CONAES	Total: 1.460 Delegados/as, sendo Seg. I – 365 Delegados/as Seg. II – 365 Delegados/as Seg. III – 730 Delegados/as
Conferências Temáticas	05 Conferências Temáticas realizadas - Formação e Assessoria Técnica - Etnodesenvolvimento - Cooperativismo Solidário; - Comercialização e Justa e Solidária - Finanças Solidárias

IMAGENS DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS

Região Norte



Região Sul



Região Centro-Oeste



Região Nordeste



Região Sudeste



PROGRAMAÇÃO DA II CONAES

15 A 18 DE JUNHO DE 2010

DIA	HORÁRIO	ATIVIDADE	DETALHAMENTO
15/06	Manhã	Comissão Organizadora Nacional	Programação e divisão de tarefas.
	Tarde	Credenciamento, montagem dos stands e hospedagem	Credenciamento até 16/06 às 12hs
	19hs30	Jantar	No local da Conferência
	20h30	Noite Livre para reuniões	
16/06	08hs30	Animação e apresentação delegações	Equipe de cultura
	09hs00	Abertura Solene da II CONAES	
	10hs30	Conferência Inaugural: "Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável"	Ladislau Dowbor, Paul Singer e Cristovam Buarque.
	12hs30	Almoço	
	14hs30	Regimento Interno da II CONAES	Deliberação regimento
	16hs30	Painel Integrador dos Eixos Temáticos da II CONAES	06 (seis) painelistas.
	18hs45	Orientações da Subcomissão Temática: Grupos Temáticos e Mini-plenárias	Metodologia de funcionamento.
	19hs00	Jantar	
17/06	Noite	Reuniões livres	
	8hs30	Grupos Temáticos	16 grupos simultâneos
	12hs00	Almoço	
	14hs00	Mini-plenárias por Eixos Temáticos	09 Mini-plenárias
18/06	19hs00	Jantar – noite livre para reuniões	Equipe de Sistematização.
	08hs30	Plenária Final	Plenária
	12hs30	Almoço	
	14hs00	Plenária Final	Plenária
		Votação das moções	Plenária
	18hs30	Ato da Campanha de Assinaturas de apoio à Lei da Economia Solidária	FBES vai organizar
	19hs00	Encerramento	
19/06		Noite Cultural, Confraternização.	Feira de Agricultura Familiar
	Manhã	Retorno das delegações	Até 12hs

